

**INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA**



**Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina**

# **Minuta do Projeto Pedagógico Institucional**

**PPI**

**Junho/2013**

## SUMÁRIO

<b>1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITO DE PPI</b> .....	3
<b>2. CONCEPÇÕES NORTEADORAS</b> .....	6
2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO .....	6
2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .....	7
2.3 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO .....	8
2.4 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO .....	9
<b>3. ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO</b> .....	10
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO .....	10
3.1.1 Definição e Importância .....	12
3.1.2 Objetivos .....	13
3.1.3 Diretrizes Gerais .....	14
3.1.4 Políticas .....	15
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA EXTENSÃO .....	16
3.2.1 Definição .....	16
3.2.2 Importância .....	17
3.2.3 Objetivos .....	18
3.2.4 Diretrizes Gerais .....	19
3.2.5 Políticas .....	21
3.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	21
3.3.1 Definição e Contexto .....	21
3.3.2 Importância .....	22
3.3.3 Objetivos .....	24
3.3.4 Diretrizes Gerais .....	25
3.3.5 Políticas .....	26
3.4 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO .....	28
3.5 REFERENCIAIS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS .....	31
3.6 FORMAÇÃO DE FORMADORES .....	33
<b>4. GESTÃO</b> .....	34
4.1 CONCEPÇÕES .....	34
4.2 RELEVÂNCIA .....	36
4.3 PRINCÍPIOS .....	39
4.4 DIRETRIZES .....	40
4.5 POLÍTICAS .....	43
<b>5. ASSUNTOS ESTUDANTIS</b> .....	45
5.1 ACESSO .....	46
5.2 PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO .....	47
5.3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA .....	49
5.4 EGRESSOS .....	51
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	53

### 1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITO DE PPI

(01) Este documento tem por finalidade apresentar a proposta de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, bem como suas intencionalidades transformadoras para os próximos anos.

(02) Sua construção tem como referência a Constituição Federal de 1988, que trouxe avanços significativos para a educação, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a gestão democrática (art. 206); a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que propicia mudanças e avanços em muitos de seus dispositivos, dentre eles, o que remete aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de suas propostas pedagógicas (art. 12, inciso I) e o que destaca a participação da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (art. 14).

(03) Foi a Lei nº 9.394/96 (LDB) que introduziu a obrigatoriedade de as instituições de ensino construírem seus projetos pedagógicos. O Decreto nº 5773/2006 traz a obrigatoriedade de as instituições de ensino superior construírem o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, contendo neste documento o Projeto Pedagógico da Instituição - PPI.

(04) Conforme estabelecido na Lei nº 11.892, os Institutos Federais, “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008), que passam a atuar plenamente na educação profissional, discutida e reformulada a partir da década de 90 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (CHRISTOPHE, 2005).

(05) A LDB de 1996, segundo Christophe (2005), “é considerada um marco na sua forma de tratamento, pela forma global como o tema é tratado, pela flexibilidade permitida ao sistema e aos alunos.” Segundo a autora, as leis e decretos anteriores sempre abordavam o ensino profissional de maneira parcial. A LDB de 1996 traz ao ensino profissional o conceito de aprendizagem permanente e destaca a relação entre “educação profissional e processos formativos”, integrando-a às “diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. Além disso, define o âmbito de atuação da educação profissional “para além da escolaridade formal e seu *locus* para além da escola” (CHRISTOPHE, 2005).

(06)A educação profissional, nesse documento, é apresentada em um capítulo à parte da educação básica, “superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações” sobre o tema. Propõe-se a atuar de forma crítica e qualificada no âmbito social, tornando-se, dessa forma, “um mecanismo para favorecer a inclusão e a democratização dos bens sociais” (MEC, 2012a).

(07)Em 2003, novas medidas para a educação profissional foram apresentadas a partir da substituição do Decreto nº 2.208/97 – que estabelecia as diretrizes estruturais e curriculares da educação profissional – pelo Decreto 5.154/04. O novo decreto confere mais flexibilidade à educação profissional, além de instituir outras providências importantes. O documento altera a estrutura da educação profissional, prevendo a seguinte organização:

(a) I – Formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos que objetivam “a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade” (SILVA, 2009, p. 41).

(b) II – Educação profissional técnica de nível médio, “prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes de ensino fundamental e para o público de educação de jovens e adultos” (SILVA, 2009, p. 40).

(c) III – Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. De acordo com a Lei nº 11.892, esses cursos devem ser organizados de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

(08)Todos esses cursos e programas, de acordo com o Decreto nº 5.154/94, Art. 3º, “poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social”. De acordo com o mesmo Decreto, Art. 3º, § 1º, “considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos” (BRASIL, 2004).

(09)Há que se considerar também os decretos e demais legislações que orientam as atividades educacionais do IFSC, tais como o Decreto nº 5773/2006, que dispõe sobre as funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação, o Decreto nº 5840/2006, que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, a Resolução CEB 04/2010 e o Parecer CEB 07/2010, que definem diretrizes curriculares nacionais

gerais para a Educação Básica, a Resolução CEB 06/2012 e o Parecer CEB 11/2012, que definem as diretrizes para a educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Resolução CEB 02/2012 e o Parecer CEB 05/2011, que definem as diretrizes para o Ensino Médio.

(10) Destacam-se ainda as resoluções e pareceres CEB 2012 relacionados à educação indígena e quilombola, além de resoluções e pareceres de 2011 relacionados à educação ambiental e aos direitos humanos.

(11) Considerando esses documentos legais, não se pode esquecer que o IFSC é uma instituição social, comprometida com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas e modalidades, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa.

(12) O grande desafio do IFSC está em garantir um padrão de qualidade no ensino profissional e tecnológico para todos, em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e manifestações culturais locais, compreendendo o discente no processo educativo como sujeito concreto, real, histórico e social.

(13) Para dar conta desse desafio, o projeto pedagógico é o elemento “mais importante do PDI, na medida em que organiza e consolida a programação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, [...] é um projeto político porque estabelece e dá sentido ao compromisso social que a instituição [...] assume com a formação de profissionais e de pesquisadores cidadãos [...]” (MASETTO, 2012, p.70).

(14) Em uma perspectiva emancipadora e democrática, o PPI precisa ser entendido como um instrumento teórico-metodológico que orienta as ações da instituição para a transformação da realidade. É um planejamento amplo, global, construído coletivamente e concretizado de forma processual, possibilitando a reflexão constante sobre o fazer e a sua reconstrução permanente (VASCONCELLOS, 2009).

(15) A elaboração do PPI, em termos teóricos, orienta-se em quatro pressupostos: unicidade da teoria e prática; ação consciente e organizada da instituição; participação efetiva da comunidade acadêmica e reflexão coletiva; articulação da instituição e da comunidade externa (VEIGA, 2001).

(16) Teoria e prática são inseparáveis na construção do PPI, pois não se pode separar o pensar e o agir. De um lado, a ação subsidia o pensamento para a construção de novas ideias e propostas diferenciadas de intervenções na realidade educacional, de outro, a teoria, representada



por um conjunto de ideias sistematizadas a partir da prática pedagógica, dá suporte e sustentação para a ação.

(17)O PPI se constitui como ação consciente e organizada, um instrumento que visa orientar os desafios do futuro, as práticas e suas consequências. O terceiro pressuposto para elaboração do PPI é o envolvimento de todos na construção do projeto, através de uma reflexão coletiva. A participação coletiva precisa ser dinâmica, prática, comprometida e deve contemplar o diálogo. A construção conjunta precisa superar as relações competitivas e autoritárias, possibilitando a vivência democrática e a resolução das tensões de forma criativa.

(18)O quarto pressuposto representa o desafio de incluir toda a comunidade escolar nas discussões e na construção do PPI, questionando, participando, indicando caminhos, articulando a dimensão política e a dimensão social à ação pedagógica.

## 2 CONCEPÇÕES NORTEADORAS

(01)O Projeto Pedagógico Institucional do IFSC adota as concepções apresentadas a seguir, tomando como ponto de partida o marco referencial teórico-metodológico elaborado e construído de forma coletiva pelos integrantes da comunidade escolar.

### 2.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

(01)Entende-se que a concepção de educação que fundamenta o trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina é a concepção progressista, democrática e emancipadora, que entende a educação como prática social, “como um processo de humanização dos homens, [...] inserido no contexto de suas relações sociais” (LIBÂNEO, 2003, p.68).

(02)Desde sua criação, a educação profissional no Brasil tem como princípio educativo o trabalho, a inclusão social e a construção da cidadania. Ao longo de sua trajetória o Instituto sempre pautou essas metas, revendo-se e sintonizando-se aos desafios que as transformações sociais e tecnológicas impulsionaram.

(03)Diante das concepções apresentadas, o IFSC, uma instituição pública imbuída de sua

função social poderá contribuir com as transformações atuando criticamente para reconstruir as representações que os sujeitos têm da realidade, de modo a promover uma mudança de postura e de prática frente à sociedade, a ciência e a tecnologia.

(04) Como instituição educacional, o IFSC deve garantir aos alunos condições de exercício de cidadania responsável, capacitação para o trabalho, socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária.

(05) Para além de sua oferta de vagas para educação básica, cabe ao Instituto Federal, ser uma referência educativa. Sua oferta deve ser mais que educar alunos: contribuir, apoiar, qualificar e orientar outras instituições educacionais a aperfeiçoarem seus métodos e processos, na busca de uma educação em sintonia com os desafios sociais.

(06) Nesse sentido, o IF-SC deve preservar e fortalecer sua condição de instituição pública, gratuita, inclusiva, democrática, com educação de qualidade.

### 2.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

(01) As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Técnicos de Nível Médio e para os Cursos Superiores de Tecnologia, documentos referência para nossas concepções de educação profissional e tecnológica, remetem ao tema da construção de saberes integrados à formação profissional, à construção da cidadania e aos cuidados ao meio ambiente (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2002, 2012, 2012a).

(02) Nas diretrizes do IFSC, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e o desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à construção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

(03) A ciência e a tecnologia se integram inseparavelmente, mesmo garantindo suas identidades, não se concebe como atividades separadas, sua dinâmica, interações e desdobramentos devem sustentar o processo educativo no Instituto Federal, uma vez que é sua atribuição precípua, a educação tecnológica. Nesse caminho, nossa concepção de educação, não pode ser separada da educação tecnológica, aquela que educa cidadãos ao mesmo tempo em que forma trabalhadores.

(04) Na educação profissional entendemos que a prática, o exercício de saberes e o

aprimoramento dos valores devem orientar nosso trabalho de educadores. A educação profissional é primeiramente educação, construção do sujeito no seu contexto histórico-social, mas também é profissional, construção de um cidadão-trabalhador, consciente de seus deveres e direitos, capaz de intervir na sociedade.

### 2.3 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

(01) Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais: “O currículo de Educação Profissional e Tecnológica, obviamente valorizando o próprio projeto político-pedagógico da unidade educacional, nos termos dos arts. 12 e 13 da LDB, deve considerar os saberes e as experiências incorporados pelo trabalhador, o qual tem o seu próprio saber sobre a tecnologia e seu processo de produção, contemplando as demandas atuais de trabalhadores que estão retornando à escola em busca da Educação Profissional e Tecnológica.”

(02) Essa é a referência no desenho curricular do Instituto, considerando nosso fundamento legal, todo currículo deve ser um elemento essencial da formação humana do cidadão, buscando garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação plena, que possibilite o aprimoramento da sua visão do mundo, fornecendo-lhes a ferramenta adequada para aperfeiçoar a sua atuação como cidadão.

(03) O trabalho é uma importante mediação ontológica e histórica na produção de conhecimento, assim a educação profissional deve orientar-se historicamente como consolidação dos saberes, aplicação tecnológica e formação plena.

(04) Neste sentido, o currículo de quaisquer dos cursos da Educação Profissional e Tecnológica deve ser construído a partir de dois eixos essenciais: “o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. Estes dois princípios: o princípio educativo do trabalho, e o princípio pedagógico da pesquisa, devem estar presentes em toda a Educação Básica e, de modo especial na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em todas as suas formas de oferta e de organização.” (DCN).

(05) A organização curricular, efetivada no projeto pedagógico de curso e com base no princípio do pluralismo de concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade da instituição educacional, nos termos das Diretrizes. Os cursos, portanto, podem e devem ter seu currículo organizado com estrutura curricular que mantenha a necessária articulação com a concepção



pedagógica adotada pela instituição.

(06)O IFSC tem se apropriado de várias técnicas de construção de currículo em seus cursos, dependendo do nível de escolaridade e da área de formação. Uma das ferramentas de construção de currículos mais utilizada é a educação por competência, como metodologia que contempla a maioria das exigências legais na busca de uma educação de qualidade.

### 2.4 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

(01)A avaliação faz parte do ato educativo, do processo de aprendizagem. É fundamental que a avaliação deixe de ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social e se torne uma ferramenta para a construção coletiva de uma escola de qualidade.

(02)A avaliação deve ser um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. O processo de avaliação tem por base acolher uma situação, para, então, ajuizar sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão.

(03)O diagnóstico visa apreciar coisas, atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões para criar condições para a obtenção de uma maior qualidade daquilo que se esteja buscando ou construindo. Proceder por diagnóstico é oferecer condições de encontrar o caminho para obter melhores resultados na aprendizagem.

(04)Avaliar é sempre uma reflexão e implica na tomada de decisões sobre aspectos da realidade. “Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos” (LOCH, 1999, p.134). A avaliação diagnóstica implica avaliar o processo e não o produto. Significa olhar o processo construído como uma possibilidade, cheio de novas potencialidades a serem construídas. A mudança do processo pedagógico implica em olhar de modo diferente, ou seja, ver o aluno e o professor como sujeito humano que se faz humano mediado pelas relações sociais. Significa ver a escola como um espaço contraditório passível, portanto, de ser compreendida e mudada.

(05)Preocupação permanente neste Instituto é a permanência e a conclusão dos alunos. Nesse aspecto a avaliação é um importante termômetro: pode indicar os problemas no processo educativo, devendo remeter o professor uma reflexão sobre sua prática. É necessário que as metodologias e estratégias de sala de aulas, incluam a diversidade de estilos de aprendizagem de nossos alunos, considerando especialmente a diversidade de suas origens.

(06) Por outro lado as ferramentas de sala de aula devem sempre incluir a avaliação como alertadora das dificuldades dos alunos e das fragilidades do professor, devendo, portanto, balizar o planejamento das unidades curriculares, da prática docente, da didática e do projeto pedagógico.

### 3 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(01) Com a consciência de que o Instituto Federal é uma instituição de educação, ciência e tecnologia, pública, gratuita e de excelência, a instituição deve assumir sua função social. Com isso suas ações são voltadas à socialização de saberes teóricos, práticos e atitudinais, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos para que se constituam cidadãos participativos e co-responsáveis nos processos de transformação da sociedade na qual estão inseridos.

(02) É preciso haver interação entre todos os servidores do IFSC, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com a comunidade, para saber quais suas necessidades de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, de tal maneira que as portas da Instituição estejam abertas para atender a todos os cidadãos que dela decidirem compartilhar.

(03) A educação se baseia no equilíbrio entre estes três elementos: ensino, pesquisa e extensão. No ensino, interrelacionam-se os diferentes saberes, na pesquisa eleva-se o conhecimento a novos patamares do saber, especialmente no desenvolvimento de novas tecnologias e, na extensão, transfere-se esses conhecimentos para a sociedade como um todo, garantindo dessa forma o alcance da missão institucional. Se algum desses elementos forem deixados de fora do processo educativo, a Instituição cumprirá parcialmente sua tarefa como instituição de educação, ciência e tecnologia.

(04) Visando especificar cada um deles, os três são expostos inicialmente de maneira separada para, logo após, serem explicados de forma associada pelo aspecto da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO

(01) O ensino é o processo de compartilhar os saberes construídos historicamente, aprimorando comportamentos e aperfeiçoando as relações. Tem, portanto, caráter reflexivo, pois

implica o desejo de compreender o mundo e dele se apropriar, a partir das atividades humanas, ou seja, a partir das interações que os sujeitos realizam entre si e com a natureza.

(02)Embora, nesse processo, estejam envolvidos os sujeitos que ensinam e os que aprendem, não se trata somente de um processo de transmissão, porque o ato de conhecer pressupõe ação do sujeito que conhece, isto é, ao conhecer, o sujeito estabelece relações entre os diversos saberes e, assim, pode produzir novos saberes, que promoverão o desenvolvimento da ciência, da cultura e da tecnologia. Dessa forma, pretende-se que o ensino seja transformador e democrático, garantindo o respeito às individualidades. As ações e os meios de efetivação do ensino devem considerar ao mesmo tempo o contexto e as diversas dimensões da formação do sujeito, pois se deseja que este se constitua cidadão.

(03)O ensino deve ser pautado na interação, no diálogo e na mediação entre professor e aluno, possibilitando uma participação ativa de ambos no processo. O ensino deve ser significativo, ou seja, partir do conhecimento de mundo que o aluno traz para então problematizá-lo, apresentando conhecimentos já sistematizados e historicamente construídos, provocando a reflexão e a crítica, para se construir uma síntese e então produzir novos saberes.

(04)A diversidade das condições de aprendizagem, ou os estilos de aprendizagem, são uma realidade que não pode ser negada. Ao levar em conta a realidade do aluno, é preciso favorecer a transformação para outra realidade, que represente igualdade de condições de acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades do ser humano, necessidades que servem como referência para compreensão da ciência, da tecnologia e da educação como atividades que precisam ser elaboradas em favor do desenvolvimento humano.

(05)Tomando por base os preceitos legais que estabelecem ser a instituição pública e gratuita, as ações educacionais do IFSC devem sustentar-se nos princípios:

- (a)Todas as ações e vivências estarão imbuídas dos valores éticos.
- (b)Os docentes, técnico-administrativos e alunos tratarão os integrantes da comunidade acadêmica e serão por eles tratados de modo a respeitar as diferenças de qualquer natureza.
- (c)O processo educativo desenvolvido será inclusivo, ou seja, respeitará a pluralidade própria da sociedade humana.
- (d)O respeito à natureza e a busca do equilíbrio ambiental serão práticas permanentes no cotidiano da vida acadêmica, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

- (e) Todos os integrantes da comunidade acadêmica serão educadores e agirão como tal.
- (f) A gestão da instituição será democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões.
- (g) O trabalho educativo será construído mediante o diálogo, principalmente no que tange ao processo ensino-aprendizagem.
- (h) O trabalho educativo é entendido como um trabalho de humanização, de formação de cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade na qual estão inseridos.
- (i) A tecnologia será valorizada pelo que acrescenta de qualidade à vida humana.
- (j) As atividades de ensino, pesquisa e extensão serão baseadas no princípio da indissociabilidade.

### 3.1.1 Definição e Importância

(01) O Ensino deve ser articulado a um conjunto de ações, mas tem suas características próprias, representando o cerne das atividades escolares. Não pode ser dissociado dos demais procedimentos educativos, mas necessita garantir sua identidade e singularidade, identidade no que se refere ao conjunto de atividades coordenadas por docentes na construção dos saberes, valores e práticas que educarão nossos estudantes. Sempre referenciado na aprendizagem, o ensino deve organizar-se conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, especialmente para a educação profissional e tecnológica, para a construção de competências associadas aos perfis profissionais de formação de nossos cursos, mas não podem desvincular-se do caráter educativo desse processo, estimulando a prática, a pesquisa e a extensão como estratégia de ação.

(02) É preciso haver singularidade no que se refere à abordagem dos diversos estilos de aprendizagem dos alunos que recebemos em nossas escolas. Os estilos de aprendizagem diferentes, em geral são entendidos como dificuldades de aprendizagem, mas se tratam, na verdade, de diferentes formas de aprender. Essas diferentes formas de aprender, em geral, estão associadas às escolhas de vida, de formação e de prática social de cada indivíduo, bem como às suas características de personalidade e desenvolvimento pessoal.

(03) Assim, o ensino deve sempre estar espelhado na aprendizagem, garantindo, além da eficiência na atividade didática, eficácia na atividade pedagógica. Isto é, não basta que haja um

ensino de qualidade, mas sim que efetivamente aconteça uma aprendizagem contextualizada, que garanta a construção de saberes e o aprimoramento humano do educando.

### 3.1.2 Objetivos

(01)No IFSC, o ensino assume outros objetivos além da aprendizagem, da formação e da educação de cidadãos, assume também a função social de inclusão, em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico.

(02)Conforme a lei de criação dos Institutos Federais, nosso papel de instituição de educação profissional e tecnológica pressupõe um conjunto de objetivos que nos destaca das outras instituições educativas e nos identifica como instituição peculiar, não apenas pela oferta, mas pela referência que devemos ser às demais instituições educativas e instituições sociais.

(03)A escolarização, especialmente para os que não puderam cumpri-la no tempo certo de suas vidas escolares, caracterizada pelos programas de educação de jovens e adultos, para os quais o IFSC já tem várias experiências de sucesso, deve ser ampliada e consolidada através de um ensino que considere suas peculiaridades.

(04)O programa de certificação de saberes e o programa Mulheres Mil são um importante momento de acolhida de novos alunos, seja para o resgate social que promove aos que deles participam, como para a possibilidade de elevação da escolaridade e formação para o trabalho. Além disso, há muitas possibilidades de criação de novas alternativas laborais com o apoio do IFSC nas muitas iniciativas daí advindas, como o estímulo à criação de cooperativas e a formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades.

(05)O avanço científico e tecnológico, parte integrante do processo de ensino, deve considerar que os saberes se consolidam à medida que mais práticas sociais a eles se incorporam, estabelecendo um processo contínuo de construção do conhecimento e busca de soluções técnicas ou tecnológicas, que por sua vez demanda mais saberes, e assim sucessivamente.



### 3.1.3 Diretrizes Gerais

(01)As diretrizes do ensino em nossa instituição estão alinhadas às Diretrizes Nacionais, no que concerne às normas e procedimentos, mas apresentam peculiaridades que nos identificam e nos desafiam ao longo da consolidação deste Instituto Federal.

(02)A oferta proporcional de matrículas, conforme dispositivos legais, especialmente para cursos técnicos, PROEJA e capacitação de docentes, bem como o termo de acordo de metas estabelecido pelo Ministério da Educação, objetivando o melhor uso dos recursos públicos destinados à Rede Federal, nos fazem dimensionar nossas práticas, planos e projetos com vistas a irmos além do cumprimento das metas e inaugurar novas sistemáticas de elaboração de projetos e construção de currículos. O objetivo é desempenharmos melhor nossas atividades de ensino e de gestão em direção a uma concepção única de ensino, mas desdobrada em diferentes estratégias, de acordo com as peculiaridades de cada oferta educativa.

(03)Uma importante diretriz para a vigências deste PDI é a harmonização de currículos, ou seja um mesmo curso ofertado em diferentes câmpus, com o mesmo projeto pedagógico, uma vez que somos uma instituição única. Esse processo deve considerar as discussões dos envolvidos em um mesmo curso, permitindo a construção coletiva de um mesmo curso para vários câmpus. Não se trata de padrão único de curso, nosso entendimento sobre harmonização é a garantia da identidade única do IFSC em seus vários câmpus, respeitadas as singularidades.

(04)As demandas locais devem sempre estar presentes nos planos de nossas novas ofertas, bem como na atualização das ofertas existentes, garantindo que o instituto esteja inserido na realidade de cada um de seus câmpus, oferecendo educação profissional e tecnológica em perspectiva nacional, mas com um olhar especial à comunidade onde se insere. Os arranjos produtivos locais devem ser sempre uma fonte de informação para nossa oferta educativa. Conjuntos de atividades econômicas consolidadas, em implantação ou em vislumbre, devem fazer parte de nossas diretrizes na construção de planos e projetos educativos, garantindo cada vez mais a perfeita sintonia de cada câmpus com sua comunidade, sem perder a unicidade do conjunto.

### 3.1.4 Políticas

(01) Uma das grandes políticas do IFSC é ser um espaço de educação continuada, no sentido mais amplo possível. Nosso entendimento é o de que a educação é um processo permanente de aprimoramento do ser humano. Ela também pode ser compreendida como um processo de mudança de comportamento através do conhecimento. Tal mudança de comportamento não se resume apenas aos aspectos comportamentais, mas sobretudo à postura diante da sociedade e da natureza. Assim, a educação continuada é cada vez mais uma realidade ao longo da vida de todo cidadão: é sempre necessário um maior ou menor grau de aperfeiçoamento, domínio de saberes, apropriação de técnicas e métodos para os mais variados setores e atividades. O instituto se define como instituição educativa, com excelente capacidade de garantir educação continuada, seja em seus cursos regulares, programas e projetos, como nas atividades de pesquisa e extensão, desenvolvidas com imensa diversidade e criatividade.

(02) Ao longo da vigência deste PDI o IFSC ainda está em consolidação de sua estrutura física, contratação de servidores, criação de novas ofertas e todos os desdobramentos daí advindos. Nesse sentido, algumas políticas orientam os processos de planejamento e dimensionamento de nossa estrutura:

- (a) consolidação de nossa oferta educativa nos diferentes níveis e modalidades;
- (b) construção e consolidação do marco regulatório necessário à agilidade de nossos processos, sistemas e métodos;
- (c) implantação de um sistema eletrônico de gerenciamento dos vários processos;
- (d) ampliação de um programa de educação continuada na formação de formadores, aperfeiçoando nossos processos de ensino em direção à proficientes resultados de aprendizagem;
- (e) fortalecimento das instâncias democráticas de construção coletiva, planejamento, projetos, decisões, articulações, normas e procedimentos;
- (f) disseminação da Educação à Distância como prática educativa em todos os câmpus, além da aplicação de suas soluções educativas à educação presencial;
- (g) participação em todos os fóruns relacionados à educação, especialmente à educação profissional e tecnológica.

(03) Uma importante política deste instituto é a articulação com a Rede Federal, contribuindo para o desenvolvimento do país, solidarizando-se com as demandas das demais instituições, compartilhando soluções e aprimorando a interinstitucionalidade em direção à uma política nacional de Educação Profissional e Tecnológica, premente para o desenvolvimento do Brasil.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DA EXTENSÃO

#### 3.2.1 Definição

(01) Historicamente, a extensão passa por diversas fases práticas e de conceito na educação: a transmissão verticalizada do conhecimento, o voluntarismo de natureza político-pedagógica, movimentos sociocomunitários não sistematizados e o momento acadêmico institucional dialógico e transformador para todos os sujeitos envolvidos (SERRANO, R.M.S). Cabe ressaltar que as diferentes fases vividas pela extensão impactam até hoje em uma dificuldade de compreensão desta ação institucional.

(02) Embasado nas novas diretrizes nacionais da extensão, o IFSC compreende a extensão como um conjunto de atividades em que o IFSC promove a articulação entre os saberes (acadêmico, científico e tecnológico) e a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido. Esta definição amplia a ação institucional, além do próprio processo educativo e de produção de conhecimento, que busca na realidade da sociedade os objetos de estudo e desenvolve propostas educativas e científicas apicadas ao contexto social.

(03) Tomando como base a lei de criação dos Institutos Federais, ressalta-se que as atividades de extensão devem beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. A partir desse mapeamento, “as atividades de extensão podem abrir os caminhos de acesso dos diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada, contribuindo para democratização institucional” (Silva, 2009, p. 44).

### 3.2.2 Importância

(01)As atividades de extensão são extremamente importantes para a formação integral do aluno, uma vez que estão intrinsecamente relacionadas com o seu contexto social, econômico e cultura. Conforme Silva (2009, p. 44), “[...] é pela relação dialógica instituição-comunidade, essencial às atividades de extensão, que se descortinam os referenciais de seleção dos conteúdos e componentes curriculares que poderão contribuir para um ensino contextualizado e significativo e para definição de objetos de pesquisa sintonizados com as demandas sociais locais. Tal postura reconhece a importância dos saberes construídos no seio dos movimentos e organizações sociais na formação do trabalhador. As atividades de extensão são também valiosos instrumentos para inserção do egresso no mundo do trabalho e a manutenção de seu vínculo com a instituição, como canal de informações sobre a efetividade das ações institucionais frente ao cumprimento de suas finalidades.”

(02)A extensão deve ser compreendida como prática acadêmica e como um meio de articulação com os diversos segmentos sociais, de forma programada e sistemática, a procura de estabelecer parcerias comprometidas com a missão e a visão institucional, destacadas na sua ação:

- (a)Atuação eficaz na aprendizagem, norteadas na teoria, mas baseada na prática, tornando a aprendizagem complexa e integral, possibilitando aos alunos experiências importantes, não só relacionadas ao estudo, mas sim à convivência social com a comunidade, tornando-os profissionais completos e humanizados.
- (b)Consolidação da imagem institucional na sociedade, contribuindo para o processo de implantação dos novos campi e expansão da rede.
- (c)Inserção na comunidade, possibilitando conhecer a realidade sócioeconômica e cultural no qual o campus está inserido, permitindo alinhar as ofertas de ensino e pesquisa de modo a atender as demandas da região (inserção e visibilidade na comunidade).
- (d)Inter-relação das áreas do ensino e da pesquisa, possibilitando a associação da prática acadêmica com a atuação profissional do estudante.
- (e)Contribuição nas transformações sociais, econômicas e políticas, ampliando as possibilidades de acesso à educação e ao conhecimento.
- (f)Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas focadas no

desenvolvimento de educação de qualidade, produção de conhecimento e geração de emprego e renda.

- (g) Relação com o mundo do trabalho, proporcionando ao docente uma formação continuada e ampla de conceitos, processos e tecnologia e ao discente uma perspectiva de inclusão no mundo do trabalho.

### 3.2.3 OBJETIVOS

(01) As atividades de extensão têm como objetivo desenvolver ações de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com as políticas sociais, o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando a;

- (a) Contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências.
- (b) Buscar interação sistematizada com a comunidade por meio da participação de servidores e discentes em ações integradas com instituições públicas e privadas, e com as entidades da sociedade civil.
- (c) Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem os saberes;
- (d) Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, cultural, ambiental e política, formando profissionais cidadãos.
- (e) Participar de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.
- (f) Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão.
- (g) Articular com o Núcleo de Inovação Tecnológica parcerias com a sociedade para a concretização de projetos de extensão com natureza de inovação tecnológica;
- (h) Realizar ações que promovam o desenvolvimento tecnológico e social.



### 3.2.4 Diretrizes Gerais

(01)O IFSC está apoiado em uma concepção sistematizada e dialógica da atividade de extensão, tendo por finalidade possibilitar que o conhecimento gerado nas práticas de ensino e pesquisa da instituição cheguem nos diferentes segmentos da sociedade, atuando de forma transformadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e sustentável.

(02)Para tanto, as principais diretrizes quanto aos discentes, nas quais se baseia a extensão, são:

- (a)Estímulo à participação do aluno em atividades de extensão, através do desenvolvimento de ações na comunidade como parte integrante dos currículos dos cursos ofertados pelo IFSC ou articulado a diferentes áreas do conhecimento.
- (b)Fomento da inserção de atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos, garantindo a flexibilização curricular.
- (c)Possibilidade de um contato com o mundo do trabalho, através do estágio, visitas técnicas, transferência de tecnologia e conhecimento, favorecendo a inclusão profissional do aluno e do egresso do IFSC.
- (d)Garantia de uma formação ampla do aluno por meio do desenvolvimento de atividades que permitam o acesso à ciência, tecnologia, cultura e esporte.
- (e)Inserção dos alunos na sociedade para que se sintam co-responsáveis pelo desenvolvimento de ações profissionais que levem ao desenvolvimento regional.
- (f)Ampliação das experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos e de cidadania.
- (g)Fomento e apoio a programas de mobilidade discente.

(03)Pensando nos servidores, as principais diretrizes são:

- (a)Proporcionar um espaço de ação com o mercado profissional, favorecendo o contato com as novas tecnologias, formação continuada do docente por meio da troca de conhecimentos e uma contextualização da teoria com a prática.

- (b) Fomentar e incentivar a participação de todos os servidores em ações, projetos e programas de extensão.
- (c) Incentivar e apoiar a produção de material bibliográfico, cartilhas, vídeos e demais produtos de extensão.
- (d) Promover a formação de parcerias que possibilitem a agregação de conhecimentos e de espaços para desenvolvimento de atividades científicas, artísticas e culturais.
- (e) Apoiar o desenvolvimento de ações de extensão com instituições públicas, em especial da Rede de educação profissional e tecnológica.
- (f) Fortalecer e fomentar a criação de projetos e programas de extensão intercâmpus e intercurtos, articulados à pesquisa aplicada.
- (g) Fomentar e apoiar a mobilidade de servidores para o desenvolvimento de projetos e programas de extensão e ações que contribuam com a disseminação do conhecimento e de tecnologias.

(04) Do ponto de vista da sociedade que permeia a Instituição, a extensão tem as seguintes diretrizes:

- (a) Desenvolver ações entre o IFSC e a sociedade, proporcionando o desenvolvimento regional.
- (b) Garantir o processo formativo, a transferência de conhecimento e tecnologia para a sociedade, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- (c) Promover a troca de saberes entre a sociedade e a instituição para promoção do desenvolvimento de ações mútuas.
- (d) Atender às demandas sociais por meio da educação e da pesquisa.
- (e) Difundir o conhecimentos científico e tecnológico a fim de atender a missão institucional.
- (f) Promover e fomentar ações que ampliem o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico, fortalecendo a imagem da instituição na comunidade.
- (g) Apoiar e desenvolver projetos de ação social que implementem ações inclusivas e de tecnologias sociais nos câmpus do IFSC, alinhadas às áreas temáticas da extensão, atendendo preferencialmente a populações e comunidades em situação de risco.

### 3.2.5 Políticas

(01) São políticas de extensão:

- (a) Fortalecer a prestação de Serviços Tecnológicos.
- (b) Criar e implementar um Programa de Mapeamento, Proteção e Transferência de Tecnologia.
- (c) Ampliação das atividades de cooperação científica e tecnológica com a comunidade externa.
- (d) Busca pelo aumento de número de patentes.
- (e) Ampliação da divulgação das competências e tecnologias do IFSC para a comunidade externa.

## 3.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

### 3.3.1 Definição e Contexto

(01) A pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa basicamente à geração e à ampliação do conhecimento, e busca a criação e a produção científica ou tecnológica. A pesquisa se torna, na prática, a aplicação dos conhecimentos e saberes na forma de desenvolvimento de um produto, melhoria de um processo ou avanço no conhecimento técnico e científico, especialmente aqueles que são aplicados diretamente ao desenvolvimento do país.

(02) Nesse sentido, o IFSC busca cumprir seu papel de Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, articulando a produção do conhecimento acadêmico com a aplicação das pesquisas no desenvolvimento científico e tecnológico.

(03) O fomento à pesquisa e à inovação foi uma grande preocupação durante os anos anteriores, por meio da concessão de bolsas de pesquisa aos alunos e servidores, do apoio à realização de projetos, de parcerias com instituições públicas e privadas e do apoio à participação em eventos científicos, com o objetivo de ampliar a participação de servidores e alunos nas atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, visando à melhoria e consolidação da

posição do IFSC junto à sociedade acadêmica e científica, no âmbito regional e nacional.

(04)O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) destacou-se nesses anos com a articulação e viabilização de projetos de pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico com empresas e outras instituições de ciência e tecnologia, além de realizar programas para disseminação da cultura da inovação e propriedade intelectual, auxiliando na execução de muitos projetos.

(05)Na área de Assuntos Internacionais, muitos alunos realizaram intercâmbio em dezenas de diferentes países no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, promovido pelo CNPq e CAPES, mostrando que o processo de internacionalização do IFSC já é uma realidade.

(06)A implementação de vários Doutorados e Mestrados Interinstitucionais (DINTER e MINTER) nos últimos anos contribuíram para o fortalecimento no IFSC de um ambiente de produção científica e tecnológica, qualificando melhor nossos servidores, além de estreitar os laços do IFSC com outras instituições de ensino renomadas no cenário nacional e internacional.

(07)Além disso, a publicação de revistas e livros, de materiais exclusivos produzidos pelos nossos servidores e alunos, contribuiu para a consolidação de um espaço de diálogo e troca entre a rede federal e a comunidade.

(08)Nesse contexto, a Pesquisa no IFSC tende a se desenvolver muito mais, aproximando o IFSC da sociedade e consolidando-o como uma instituição de excelência no desenvolvimento técnico-científico.

### 3.3.2 IMPORTÂNCIA

(01)O Brasil tem crescido no cenário latino-americano e mundial, tornando-se a 7ª economia no mundo, crescendo em média 5% ao ano. Esse crescimento contribuiu para a erradicação da pobreza, do crescimento da classe média, da ampliação da faixa de pessoas que saíram da condição de pobres para a classe média, ampliação da renda média, entre outros. Um efeito visível é a mudança de hábito dos consumidores, indicando a mudança social ocorrida como benefícios do crescimento econômico e da estabilidade financeira.

(02)Nesse contexto, no entanto, o país vive um apagão nas áreas técnicas e tecnológicas, justamente por ter investido pouco na educação profissional e tecnológica, ação que pretende mudar com a ampliação dos Institutos Federais. Cabe aos Institutos Federais a enorme tarefa de produzir

pessoas qualificadas para alavancar o país, retirando-o do atraso tecnológico em que se encontra.

(03)A forma de se fazer isso passa pela educação como um todo, desde cursos técnicos, passando pela graduação e pós-graduação. Em todos esses níveis deve haver pesquisa e extensão, pois são elos fundamentais ao ensino, criando nos alunos a clara noção de que o conhecimento deve ser aplicado em situações reais da sociedade, e fortalecendo o conhecimento teórico elaborado em sala de aula.

(04)Além do aluno, tem-se em vista a própria sociedade, pois a aproximação com as indústrias, por exemplo, traz enormes benefícios às mesmas, fortalecendo-as para que não só permaneçam no mercado, como também ampliem sua atuação.

(05)O país tem percebido isso e tem divulgado vários planos de crescimento na área tecnológica, tais como o Plano Brasil Maior, a criação de Polos de Inovação, a EMBRAPPI e outras ações governamentais que mostram a grande necessidade de melhorar a pesquisa aplicada no país. Os contextos estaduais e até municipais mostram-se favoráveis à busca de inovação, que passa, obrigatoriamente, pela pesquisa e pela extensão.

(06)É nesse contexto nacional que o IFSC procura atuar como mediador do conhecimento aplicado e formador de mão de obra qualificada na área tecnológica. A pesquisa não está ausente desse tema e por isso buscou fundamento em normas e legislações internas que permitam ao pesquisador do IFSC, seja servidor ou aluno, participar do processo benéfico da pesquisa.

(07)Para dar base às diversas atividades que envolvem a pesquisa, foi criada a Resolução nº 086, em 2011, aprovada pelo CEPE, com a intenção de dar todo o procedimento necessário para quem deseja participar de projetos de pesquisa, remunerados ou não, internos ao IFSC ou com instituições parceiras. Um servidor está amparado por essa Resolução para dar andamento, de forma legal, às diversas atividades relacionadas à pesquisa.

(08)A visão do IFSC aponta para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e a lei de criação dos Institutos Federais também corrobora essa visão. Portanto, esse aspecto não deve ser relegado a um segundo plano, devendo ser apoiado, de maneira positiva, por todos os órgãos e colegiados interno, para que, de fato e de direito, tenhamos o IFSC como um “**centro de excelência em desenvolvimento científico e tecnológico**”, como preconiza nossa missão.



### 3.3.3 Objetivos

(01)O Artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 11.892 dispõe que a **finalidade** dos Institutos Federais é “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (BRASIL, 2008).

(02)Da mesma forma, de acordo com o Art. 7º, inciso 3º, são **objetivos** dos Institutos Federais “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”. Está disposto nas alíneas do inciso VI do mesmo Artigo que é objetivo ministrar: “d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica” (BRASIL, 2008).

(03)Internamente, as atividades de pesquisa no IFSC são reguladas pela Resolução nº 086/2011/CEPE, indicando que a pesquisa visa: “I - Incentivar a participação de servidores e alunos do IF-SC em projetos, programas e ações de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, no âmbito do IF-SC e em conjunto com instituições públicas e privadas.II – Integrar a pesquisa e o ensino com as demandas da sociedade, os seus interesses e as suas necessidades, estabelecendo mecanismos que interrelacionem o saber científico e o saber popular de forma articulada com a extensão.III – Articular com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) parcerias com a sociedade para a concretização de projetos que envolvam pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo.”

(04)O processo da pesquisa envolve todos os servidores do IFSC, que têm a necessidade de ampliar seu conhecimento para além dos livros em situações reais, do dia a dia das empresas, da comunidade ou da sociedade na qual estão inseridos, preferencialmente atendendo às demandas locais por meio da avaliação dos Arranjos Produtivos Locais.

(05)Para isso os docentes devem ter em mente que, além de ministrarem aulas, devem usar a ferramenta da pesquisa aplicada para auxiliar os alunos no processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de transferir para a sociedade, por meio da extensão, aquilo que foi obtido nos laboratórios internos de pesquisa.

(06)Ao longo desse processo de pesquisa, a inovação deve ser um norteador dos rumos que a

pesquisa toma no IFSC, para que tenhamos, de fato, excelência no desenvolvimento da tecnologia. Para isso, a inovação será tratada como um dos principais eixos alavancadores das pesquisas, trazendo ao IFSC um número maior de patentes e o reconhecimento da sociedade por aquilo que influencia a própria sociedade.

### 3.3.4 Diretrizes Gerais

(01) Busca-se uma concepção de pesquisa na perspectiva de construção coletiva. Isso significa que a pesquisa terá de ir além do caráter acadêmico atrelado à formação na pós-graduação. Ela será, sobretudo, uma resposta às necessidades que emergem na articulação entre currículos e anseios da comunidade.

Para tanto, as principais diretrizes quanto aos discentes nas quais se baseia a pesquisa são:

- (a) Envolver o aluno, preparando-o para que se torne capaz de fazer intervenções na sociedade no sentido de superar as desigualdades sociais;
- (b) Criar oportunidades educacionais que permitam a capacitação profissional constante dos alunos, com o oferecimento de programas de pesquisa em diferentes níveis;
- (c) Atuar diretamente em problemas técnico-científicos oriundos da sociedade;
- (d) Prezar pela qualidade do ensino, por meio de pesquisas bem direcionadas, associadas ao conhecimento desenvolvido nos cursos do IFSC;
- (e) Valorizar a competência do aluno, incentivando aqueles que se dedicam e participam mais;
- (f) Pesquisar a educação tecnológica e seus meios de aumentar a qualidade educacional dos seus alunos.

(02) Pensando em servidores, as principais diretrizes são:

- (a) Preparar os servidores da Instituição para melhor exercer suas atividades-fim;
- (b) Permitir/incentivar a pesquisa em todos os níveis de ensino;
- (c) Fomentar/fortalecer os Grupos de Pesquisa;
- (d) Fomentar/fortalecer a Pós-graduação;
- (e) Facilitar/incentivar a disseminação do conhecimento produzido pelo IFSC;

- (f) Ampliar a participação do IFSC em publicações nacionais e internacionais;
- (g) Permitir o acesso a bases de conhecimento indexados;
- (h) Facilitar o desenvolvimento de redes de cooperação de pesquisa;
- (i) Apoiar a mobilidade de servidores, visando à participação conjunta em projetos de pesquisa interinstitucionais;
- (j) Promover o compartilhamento de espaços físicos e equipamentos destinados a pesquisa;
- (k) Promover a participação dos servidores em eventos científicos nacionais e internacionais.

(03) Do ponto de vista da sociedade que permeia a Instituição, a pesquisa tem as seguintes diretrizes:

- (a) Estabelecer laços com empresas e órgãos de fomento;
- (b) Facilitar o processo institucional para permitir pesquisa com empresas;
- (c) Transferir, articulado com a Extensão, a pesquisa realizada internamente para a sociedade, gerando inovação;
- (d) Fomentar e fortalecer a inovação e o empreendedorismo, por meio do fortalecimento do NIT.

### 3.3.5 Políticas

(01) A pesquisa tem duas linhas norteadoras principais: fortalecer Grupos de Pesquisa e cursos de Pós-Graduação.

(02) Tem como objetivo, portanto, incentivar grupos de pesquisadores alinhados em um Grupo de Pesquisa, de tal maneira que produzam conhecimentos e saberes em conjunto, buscando a unicidade da instituição e vocacionando-a para que possua, como desdobramento natural de grupos de pesquisa fortes, cursos técnicos, de graduação e pós-graduação (*stricto-sensu* e *lato-sensu*) fortes e atuantes no mundo tecnológico.

(03) Grupos de pesquisadores tendem a produzir informações relevantes e que devem ser publicadas, quer na forma de artigos, quer na forma de livros, ou ainda na produção de periódicos associados à área de interesse daquele grupo de pesquisadores. Para isso fortalece-se, indiretamente, toda participação em eventos e publicações em geral.

(04) Para fortalecer a pesquisa, destacam-se as seguintes políticas:

- (a) Fortalecer os Grupos de Pesquisa do IFSC, fortalecendo os elos entre pesquisadores, alunos, publicações, pós-graduação e inovação;
- (b) Aprimorar o processo de Gestão de projetos de pesquisa;
- (c) Incentivar a captação de recursos externos para pesquisa;
- (d) Criar e implementar um Programa de Mapeamento, Proteção e Transferência de Tecnologia;
- (e) Disseminar a cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual;
- (f) Criar e implantar o Programa de Incentivo à publicação e divulgação dos resultados científicos e tecnológicos;
- (g) Ampliar a oferta interna de editais de pesquisa, extensão e inovação;
- (h) Fomentar ações empreendedoras integradas às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- (i) Ampliar as atividades de cooperação científica e tecnológica;
- (j) Buscar o aumento de número de patentes;
- (k) Ampliar a divulgação das competências e tecnologias do IFSC .

(05) A Pós-graduação, por sua vez, merece destaque especial, pois é um dos elementos de incentivo da pesquisa. Entendemos ser importante a inserção da pesquisa na sociedade, especialmente por meio de mestrados e doutorados profissionais, que aproximam a sociedade dos centros do conhecimento, tais como o IFSC.

(06) Entre as metas para a pós-graduação, destaca-se a abertura de novos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*, pois hoje o IFSC conta com apenas um curso. Além disso, para manter a pós-graduação, necessitamos também de ações que tenham o objetivo de:

- (a) Elevar o patamar na avaliação da CAPES como decorrência da qualidade dos cursos ofertados;
- (b) Tornar o IFSC uma referência em Pós-graduação nos Institutos Federais;
- (c) Realizar intercâmbios nacionais e internacionais com professores, com o objetivo de ampliar a Pós-graduação para além-muros do IFSC;

- (d) Ampliar a oferta de doutorado Interinstitucional (DINTER) e mestrado Interinstitucional (MINTER);
- (e) Participar de programas de intercâmbio internacional.

### 3.4 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

(01) Ao falarmos em indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pretendemos ressaltar que cada uma dessas atividades, mesmo que possa ser realizada em tempos e espaços distintos, tem um eixo fundamental: constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

(02) A Constituição Federal de 1988, nos termos do Artigo 207, pode ser referenciada como um marco da inclusão da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão nos referencias da educação superior, e dá início ao rompimento do processo dissociativo desses três componentes curriculares e institucionais.

(03) É necessário compreender que o ensino não se resume em compartilhar saberes já produzidos. Se o professor e o aluno forem sujeitos ativos no processo ensino-aprendizagem, o espaço acadêmico será, também, um espaço para produzir novos saberes, evidentemente, considerando as possibilidades de cada momento do percurso formativo. O fundamental é entender que, se as relações que se estabelecem na instituição são marcadas pela ação crítica e criadora, o exercício da investigação e da pesquisa será incorporado como prática, seja no processo pedagógico, seja nos processos de realimentação do trabalho docente, no sentido de dar maior consistência às relações que se estabelecem entre instituição e as demandas sociais.

(04) Para que se possa visualizar e praticar ensino, pesquisa e extensão de modo articulado será necessário criar condições objetivas, tanto em termos materiais e físicos, quanto em termos de gestão. Isso significa que as atividades não serão restritas à sala de aula. Todos os profissionais da instituição poderão constituir-se pesquisadores e poderão atuar em atividades de extensão, desde que essas atividades estejam voltadas à consolidação das finalidades do IFSC e desde que não infrinjam as atribuições de sua função.

(05) O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um elemento estruturante do projeto pedagógico do Instituto Federal, não como uma mera questão formal, mas



como princípio epistemológico, que remete à concepção e à identidade da instituição. Trata-se de um processo de produção do conhecimento por meio da ação investigativa que intervenha na realidade da sociedade no qual a instituição encontra-se inserida.

(06) Nessa instituição socialmente referenciada, busca-se responder organicamente às demandas sociais, articulando o desenvolvimento científico com as transformações decorrentes da tecnologia e os rumos da sociedade contemporânea. Sendo assim, o contexto de criação do Instituto Federal revela-se como fator estratégico para intervir decisivamente no desenvolvimento da identidade cultural, científica e tecnológica, local, regional e nacional.

(07) A partir da reestruturação da educação profissional, proposta pela Lei nº 11.892, os Institutos Federais passam a ocupar-se, “de forma mais substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas” (MEC, 2010).

(08) Está expresso na Lei nº 11.892 que os Institutos Federais devem articular o ensino com a pesquisa aplicada e com a extensão. O ensino é entendido “como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana.” (SILVA, 2009, p.10 e 11). Por essa razão, deve ser pensado em sintonia com a realidade do mundo atual, permitindo a formação continuada do trabalhador ao longo de sua vida, sem desconsiderar as competências e habilidades desenvolvidas na sua vivência diária. Nessa perspectiva, a educação profissional acontece no âmbito da ciência e da tecnologia por meio da indissociabilidade entre a prática e a teoria. A pesquisa, nesse caso, deve focar o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade. Já a extensão pode ser entendida como o processo institucional de ampliar o acesso da educação, ciência e tecnologia aos demais atores sociais, de acordo com os “princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos” (BRASIL, 2008, Art. 7º, inciso IV).

(09) Na relação ensino, pesquisa e extensão, amplia-se o conceito de aula para além do tempo formal na instituição, para todo tempo e espaço, dentro ou fora da instituição. O lugar da pesquisa ultrapassa o caráter acadêmico atrelado, principalmente, à pós-graduação. A pesquisa é princípio educativo em cursos de todos os níveis e modalidades e deve se constituir em trabalho

específico e sistemático em resposta às necessidades que emergem na articulação entre o currículo e os anseios da comunidade.

(10) Um aspecto importante a ser considerado referente à pesquisa e à extensão é o papel fundamental das mesmas no sentido de orientar o desenvolvimento tecnológico do país, possibilitando que não sejamos mais reféns de tecnologia importada, que dificulta o crescimento tecnológico tão necessário ao Brasil, que está em franca expansão econômica e social.

(11) A política de ensino, pesquisa e extensão do IFSC está alinhada à política do Plano Brasil Maior, que tem o objetivo de: “1) sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso; 2) sair da crise internacional em melhor posição do que entrou, o que resultaria numa mudança estrutural da inserção do país na economia mundial. Para tanto, o Plano tem como foco a inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, objetivando ganhos sustentados da produtividade do trabalho” (PLANO BRASIL MAIOR).

(12) A concretização da articulação entre ensino, pesquisa e extensão ocorrerá a partir do cumprimento das finalidades e características dispostas no artigo 6º da Lei nº 11.892, de criação dos Institutos. Dentre elas destacam-se:

- (a) O desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- (b) O vínculo entre a oferta formativa, a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- (c) O estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica;
- (d) A qualificação como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências, sobretudo no que se refere à formação de professores das redes públicas de ensino;
- (e) O desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- (f) A realização de pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- (g) A promoção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais;
- (h) O desenvolvimento de atividades em que cooperam o ensino, a pesquisa e a extensão, tais como seminários, fóruns, encontros, eventos que permitam a integração, a socialização de saberes e a ajuda mútua, visando ao fortalecimento da educação.

(13) Por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a instituição possibilita o retorno do saber à sociedade em um fluxo dinâmico de conhecimento entre instituição – professor - aluno e sociedade em uma transformação mútua, traduzindo a indissociabilidade entre aprendizagem, produção e socialização do conhecimento.

(14) O efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito das instituições de educação, indica a sua qualidade e o desempenho do seu compromisso social, pois a própria Lei de criação dos Institutos Federais aponta para isso, nos incisos de VII a IX, que esses conhecimentos, “devem ser interpretados conjuntamente. Eles nos indicam um modelo institucional visceralmente ligado às questões da inovação e transferência tecnológica sem deixar de lado a dimensão cultural e a busca do equilíbrio entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. É ressaltado o estímulo ao empreendedorismo e ao cooperativismo. No espírito da lei, percebe-se como eixo da atuação dessas instituições um projeto de formação emancipatória. Em tal proposta não cabe a compreensão do empreendedorismo em sua acepção restrita de competitividade e individualização da responsabilidade pelo sucesso ou fracasso profissional. O empreendedor é entendido em sua dimensão criativa e no comportamento pró-ativo na busca de alternativas viáveis para solução de problemas coletivos. Na maior parte de suas finalidades, observa-se a insistência no estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. Nesse sentido, as ações de extensão surgem como o laço entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, devendo impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade” (SILVA, 2009).

### **3.5 REFERENCIAIS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS**

(01) Os projetos pedagógicos de curso – PPCs, de todo o IFSC, respeitam às mesmas concepções de educação, ensino, pesquisa, extensão e gestão que permeiam toda atividade da instituição, respeitando as peculiaridades de cada oferta educativa, os PPCs devem ser elaborados e implementados na busca da construção de competências, seus conhecimentos, habilidades e atitudes

coerentes com a Educação Profissional e Tecnológica – EPT, as diretrizes nacionais e demais documentos oficiais, mas têm entre si estreita correlação de abordagem, sintonia, métodos educativos e processos avaliativos que permitem visualizar a coerência entre os diversos itinerários formativos e seus respectivos arcos ocupacionais.

(02) Mesmo ofertando EPT em diversos níveis e modalidades, com todas as combinações escolares possíveis, sempre buscando atender às demandas sociais, o IFSC mantém estreita articulação entre suas ofertas, de forma que as concepções de educação e EPT estejam sempre presentes nos processos educativos, certificando nossa identidade a qualquer tempo e em qualquer atividade.

(03) O CONSUP e o CEPE são as instâncias deliberativas sobre oferta educativa, cabendo ao CEPE a elaboração de procedimentos, instrumentos e fluxos para tramitação de processos na área do ensino. O CONSUP delibera sobre autorização da oferta.

(04) Um conjunto de normas nacionais são observadas nos procedimentos e projetos do IFSC, mas temos nossas próprias estratégias de construção da identidade pela coerência de concepções e procedimentos educativos, dentre os quais destacamos:

- (a) cada PPC deve justificar a oferta, esboçar um perfil profissional de formação, argumentar uma matriz curricular e um sistema de avaliação de acordo com seu nível de escolaridade;
- (b) todos os projetos são analisados no CEPE para emissão de parecer ou reconsideração de seu projeto, quando for o caso;
- (c) os cursos técnicos e de graduação em análise merecem avaliação de comissão externa, utilizando os instrumentos de avaliação, emitindo parecer que instruirá a deliberação do CEPE e a decisão do CONSUP;
- (d) cada curso de graduação e pós-graduação strictu senso deverá ter seu PPC complementado por um plano de implementação, que deverá esclarecer todas as condições necessárias à implementação do curso, especialmente no que se refere à infraestrutura e ao corpo docente;

(05) Estão em elaboração, ao longo deste PDI, diretrizes curriculares para oferta de cursos no IFSC. Esses documentos consolidarão nossa política de ensino e simplificarão procedimentos na tramitação de processos regulatórios dos cursos de nossa oferta.

(06)A construção de um catálogo de cursos do IFSC é uma importante tarefa em construção, tal documento permitirá que toda a comunidade interna e externa tenha acesso a todas as informações de nossa oferta educativa com todos os assuntos de interesse, didaticamente organizados.

### 3.6 FORMAÇÃO DE FORMADORES

(01)Um dos artigos mais inovadores na lei de criação dos institutos foi a inclusão da formação docente como parte de nossas atribuições. Este PPI consolida essa prerrogativa de forma mais abrangente que o espírito da lei, que cita nos objetivos dos Institutos Federais, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008, Art. 7º, inciso VI, alínea b).

(02)Essa maior abrangência é parte de nosso entendimento de que o apoio à educação básica é dever de todas as instituições da nação. Sendo um imenso desafio à busca da qualidade educativa de nossa educação básica, o IFSC entende que deve participar desse esforço, seja pela formação de professores, através de nossas licenciaturas, seja por um grande conjunto de ações para além de cursos de graduação.

(03)A Formação de Formadores, toma assim, maior dimensão do que apenas diplomar licenciados. Os cursos de especialização e aperfeiçoamento para professores das redes públicas, os projetos de pesquisa e extensão envolvendo outros colegas do magistério público, o programa de apoio à docência - PARFOR, os programas de mestrado e doutorado que qualificam professores para a área de educação e as demais áreas do ensino superior, são parte desse esforço.

(04)Um destaque é importante no conceito de formação de formadores: a formação de professores para a EPT. Pouca oferta nessa área acontece no país, na maioria dos casos são programas especiais, transitórios, sazonais de formação docente. O IFSC deve propor um programa permanente de formação de professores para a EPT, seja em cursos de licenciatura ou pós-graduação, tanto para seus próprios servidores, quanto para a comunidade externa.

### 4. GESTÃO

#### 4.1 CONCEPÇÕES

(01) A Lei 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, tem como uma das principais características a descentralização, colocando a gestão democrática como principal forma de integração da educação com a nova organização social.

(02) Dessa forma, a LDB 9394/96 não deixa dúvidas de que as instituições educacionais devam aproximar-se da comunidade, fazendo parte dela e fazendo com que ela também participe de forma ativa dos processos.

(03) Seguindo em conformidade com a legislação, ou seja, considerando como referência a autonomia institucional e a gestão democrática como elementos sustentadores de sua base, compreende-se que os interesses e anseios da comunidade institucional, coletivamente, delimitarão as normas de organização dos processos.

(04) A gestão democrática está associada à democracia participativa. A descentralização, a autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas públicas de decisão, que conferem a cada "escola" sua singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para "escola" pública. No exercício da construção da autonomia escolar, não obstante seus percalços e desafios, são visíveis e promissores os benefícios e as vantagens produzidos nessa vivência. A "escola" torna-se palco de experiências democráticas, em que a participação e a autonomia devem ocorrer de forma transparente, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores éticos.

(05) Com relação ao significado do termo autonomia, verifica-se que o mesmo está relacionado a independência, liberdade ou autossuficiência. Em ciência política, a autonomia de um governo ou de uma região pressupõe a elaboração de suas próprias leis e regras sem interferência de um governo central nas tomadas de decisões. Em filosofia, autonomia é um conceito que determina a liberdade de indivíduo em gerir livremente a sua vida, efetuando racionalmente as suas próprias escolhas.

(06) É importante destacar, entretanto, a distinção entre autonomia e soberania. Esta é prerrogativa da nação, emanada do povo, como expressão maior da democracia. Assim, a autonomia deve ser exercida nos limites de um projeto de nação esculpido democraticamente pela população. E



a esse devem estar submetidos os interesses específicos de qualquer representação, por mais legítimos que sejam. Ao estabelecer uma estrutura multicampi, em que todos os campi possuem um elevado e isonômico grau de autonomia, afirma-se o território como dimensão essencial de sua função. Conseqüentemente, na configuração dessa esfera exterior (os limites do território), estabelecem-se os princípios para sua ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, não cerceadores de sua autonomia. Essa circunscrição do local e do regional vem, sobretudo, enriquecida do sentido maior da construção da autonomia dessas regiões; e, tomando como base suas identidades, estabelece formas de diálogo permanente, na perspectiva da superação de limites que favoreçam a exclusão (MEC, 2008).

(07)A consolidação do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se configurou com a criação de um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, e deverão responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos e tecnológicos e de suporte aos arranjos profissionais e permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico (BRASIL, 2008).

(08)Assim, o modelo de Instituto Federal surgiu como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

(09)É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2008).

(10)Assim, configurando-se como uma estrutura multicampus, o IFSC precisa estabelecer mecanismos de gestão que garantam a autonomia dos Câmpus e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto. Como os Câmpus atuam em comunidades diferenciadas, precisam praticar a autonomia, que será verdadeira quando cada Campus puder tomar decisões e encaminhar seus trabalhos, respeitando suas peculiaridades, atendendo, portanto, às características e necessidades do contexto em que está inserido. Isso, entretanto, requer a definição de políticas institucionais claras em termos pedagógico, administrativo e financeiro.

(11)Em adição, faz-se necessário também a definição e adoção de princípios e diretrizes de

gestão adequados à nova institucionalidade, que subsidiem e orientem os níveis de autonomia e de descentralização praticados, de modo a possibilitar o cumprimento das finalidades do Instituto de forma integrada e efetiva.

(12) Por fim, ressalta-se que os Institutos Federais foram criados para assumir o importante papel de catalisador na transformação da qualidade de vida de brasileiros, seja por meio de sua inserção, contribuindo para desenvolvimento local, regional ou nacional, ou pelo domínio e produção do conhecimento; revelando-se, portanto, espaços privilegiados para a construção e democratização do conhecimento (MEC, 2008).

### 4.2 RELEVÂNCIA

(01) Considerando que o IFSC prima por sua função social, faz-se necessário que sua gestão pedagógica, administrativa e financeira, seja democrática e transparente, para que, na pluralidade de visões, constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se como corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

(02) Gerir envolve uma gama muito mais abrangente e diversificada de atividades do que no passado. Conseqüentemente, o gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições totalmente diferentes do que antes. Nesse contexto, entende-se que gestão é uma prática social, dependendo de pessoas, da sociedade, da economia, da cultura, das possibilidades tecnológicas e de outras tantas dimensões da vida.

(03) Na gestão pública, essas variáveis têm ainda maior influência, pois a capacidade de mediação é um dos requisitos fundamentais. A diversidade de opiniões será considerada como parte do processo democrático e participativo, de forma a contribuir para o fortalecimento e construção da identidade institucional. Nessa perspectiva de gestão democrática, destaca-se o papel do gestor, no sentido de mobilizar de forma constante a comunidade acadêmica, de modo a tornar possível o processo democrático e participativo.

(04) Nos processos de gestão, é fundamental ressaltar que as pessoas são os agentes das mudanças. Os gestores e cada membro da comunidade acadêmica, em particular, têm contribuição indispensável na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política

de valorização dos servidores e a promoção da igualdade de oportunidades, para que todos se sintam parte da instituição, identificando-se em seu trabalho e assumindo-se corresponsáveis no desenvolvimento dos processos.

(05) Nessa perspectiva, a formação continuada tem fundamental importância, pois além de possibilitar a qualificação, a competência e a progressão funcional na carreira, propicia o desenvolvimento profissional dos servidores de modo articulado ao projeto e às finalidades da instituição.

(06) É imprescindível, ainda, que se promova o espaço de discussão e de preparação da comunidade acadêmica para tomar decisões coletivas. Esse espaço contribui para a formação dos sujeitos e, sobretudo, qualifica as decisões e ações. Todos crescem e aperfeiçoam sua condição de cidadãos

(07) O modelo de gestão refere-se ao arranjo relativo do “como fazer”. Atualmente entende-se que o modelo de gestão deve cuidar dos processos de aprendizado organizacional, necessários à evolução da organização, tanto em sua dimensão operacional (uso dos recursos) como em sua dimensão estratégica (realocação dos recursos), dada a evolução do ambiente e da própria organização. É o modelo planejado sobre como a organização deveria ser estruturada e gerida, para que atenda determinados objetivos e finalidades definidos em certo momento. Trata-se de agir com efetividade, propiciando que a Instituição evolua continuamente.

(08) É fundamental que a gestão da instituição deva ser essencialmente voltada para o atendimento de seus públicos estratégicos, proporcionando-lhe educação formal de qualidade, bem como à comunidade, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais e de extensão. A continuidade e expansão da adoção de um modelo de gestão democrático e diferenciado abrem o caminho para a inovação gerencial.

(09) O gerenciamento da concepção complexa de Instituição educacional, referida anteriormente, requer, além do estabelecimento de uma nova política de atuação, também uma concepção de gestão que permita administrar essa complexidade, envolvendo os diferentes atores organizacionais e recursos necessários.

Nessa perspectiva de renovação, destaca-se também o cenário político que, por meio de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais do país, tem contribuído sobremaneira para o resgate das Instituições educacionais.

(10) A nova realidade organizacional do IFSC aumenta a sua responsabilidade relacionada ao

atendimento das demandas sociais, pois os Institutos Federais têm, como uma de suas finalidades, a formação de educadores. Entender o contexto em que se atua, seja do ponto de vista regional, nacional e até internacional, é fundamental para todo o corpo de servidores e discentes. Um modelo de gestão focado nas necessidades sociais, buscando superá-las, fomentará um referencial para desenvolver as políticas da instituição.

(11) Outro destaque importante refere-se à promoção da avaliação sistemática dos processos, tanto no âmbito pedagógico quanto administrativo. A avaliação institucional consiste em obter dados quantitativos e qualitativos para efetuar análises que permitam a tomada de decisões acerca do desenvolvimento da instituição.

(12) Essa avaliação deve ser abrangente e aberta a todos os envolvidos nos processos. Essa prática de avaliação servirá para orientar a gestão, garantindo a democracia e a transparência. Ela está diretamente relacionada ao cumprimento das finalidades da instituição; compreende a análise quantitativa e qualitativa dos processos pedagógicos, dos cursos oferecidos, das condições disponíveis, relacionando-os às demandas educacionais. Essa avaliação acontecerá, sistematicamente, associada a cada processo e a cada ação da instituição, de tal maneira que sempre indagará se as práticas realizadas correspondem à instituição, ao currículo, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão que se deseja.

(13) Dentre as ferramentas existentes, é importante consolidar o papel e a importância da comissão própria de avaliação - CPA, bem como garantir que o processo de avaliação esteja em consonância com o sistema de avaliação superior, aprimorando a utilização dos resultados nos processos diretivos, aliando-os às ferramentas de gestão.

(14) A avaliação, portanto, deverá estar presente em todos os momentos, de modo que seja um processo cíclico e contínuo, reflexivo, individualizado e coletivo, múltiplo e participativo, voltado a realimentar os processos e redimensioná-los, para promover as mudanças necessárias ao alcance das finalidades e metas do IFSC.

(15) É importante considerar também, a adoção por parte do IFSC, de formas mais flexíveis de organização do trabalho, relacionadas à estruturação de fóruns para discussão e decisão, formação de grupos de trabalho multidisciplinares para solução de situações específicas, elaboração de projetos para captação de recursos e outros.

(16) A consolidação dos órgãos colegiados, de caráter consultivo ou deliberativo, concebidos sob a ótica dos princípios democráticos e funcionando sob a vertente da metodologia participativa

tem se revelado como um importante diferencial e desafio para a comunidade acadêmica. Destaca-se o importante papel dos colegiados enquanto instrumentos integradores, facilitando a comunicação, a coordenação e o controle dos elementos diferenciados que compõem a rede IFSC.

(17)A continuidade e expansão da adoção de um modelo de gestão democrático, participativo, inclusivo e diferenciado abrem o caminho para a inovação gerencial.

### 4.3 PRINCÍPIOS

(01)Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello (2000), princípio é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para exata compreensão e inteligência delas, exatamente porque define a lógica e a racionalidade do sistema normativo, conferindo-lhe a tônica que lhe dá sentido harmônico.

(02)O sentido etimológico da palavra princípio nos faz compreender o seu significado como o ponto de partida, o começo de alguma coisa, aquilo que vem antes, na frente, o que fundamenta.

(03)Considerando as coisas dessa forma, em todo processo de qualquer escolha ou tomada de decisão levamos em conta um conjunto de valores que carregamos e que regem nossas ações. São os princípios que nos constituem ou que defendemos.

Portanto, ao definirmos o conjunto de Políticas, Diretrizes, Planos e Projetos, quaisquer que sejam, é imperioso consultar os princípios que orientarão todas as nossas ações.

(04)Nesse sentido, para garantir uma Gestão pautada na democracia, inclusão e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as ações do IFSC se nortearão com base nos seguintes princípios:

- (a)Garantia da gestão pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática, colaborativa, solidária, transparente e participativa para toda a organização do Instituto.
- (b)Respeito às leis e normas que regem a educação e a instituição, promovendo, sempre que necessário, as devidas intervenções para que sejam revisadas.
- (c)Garantia do cumprimento dos direitos e deveres de todos os integrantes da comunidade acadêmica, bem como as atribuições dos diversos profissionais e seus respectivos setores.

- (d) Ensino como atividade principal do IFSC, em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão dos Câmpus.
- (e) Respeito aos princípios gerais da Administração Pública, no desenvolvimento das atividades institucionais.
- (f) Zelo quanto à identidade de Instituição de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- (g) Respeito à pluralidade de ideias.
- (h) Integração, solidariedade e compartilhamento de conhecimentos e boas práticas na comunidade acadêmica.
- (i) Cultura voltada ao favorecimento da aprendizagem individual e organizacional e da inovação.
- (j) Promoção de políticas inclusivas, que garantam a permanência e êxito.
- (k) Incorporação dos avanços tecnológicos e estabelecimento das condições necessárias para que os trabalhos nos diversos Câmpus e Reitoria sejam realizados de forma integrada e em rede.
- (l) Transparência voltada à disponibilização, diretamente aos interessados e cidadãos, de informações relacionadas à atuação institucional, como condição de participação da cidadania no bojo do processo democrático e de controle social das políticas públicas.

#### 4.4 DIRETRIZES

(01) Diretrizes são os caminhos, as direções, os rumos que devemos seguir. São orientações constituídas por um conjunto de normas comuns que orientam os procedimentos a serem observados e seguidos na organização da instituição.

(02) As diretrizes são mais operacionais, mais funcionais que os princípios. Os princípios são os fundamentos que vão orientar a escolha dos caminhos. É a mesma relação que se faz entre fundamentos e metodologias - eles precisam estar alinhados.

(03) As diretrizes da Gestão Democrática foram citadas primeiramente na Constituição Federal de 1988 e posteriormente na Lei de Diretrizes e Bases/96.

(04) Considerando que o IFSC prima por sua função social, faz-se necessário que suas



gestões - pedagógica, administrativa e financeira - sejam democráticas e transparentes, para que, na pluralidade de visões, constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se co-responsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

(05) A organização político, pedagógica e administrativa para a prática de funcionamento do IFSC levará em consideração as seguintes diretrizes:

- (a) Criar e aprimorar, permanentemente, práticas que fortaleçam a gestão sistêmica do Instituto.
- (b) Promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações de forma participativa, implementando instrumentos que possibilitem a composição e a utilização de indicadores de gestão.
- (c) Realizar de forma contínua a avaliação, a revisão e a adequação da estrutura organizacional aos processos do Instituto, garantindo, sobretudo, a melhoria do processo de gestão.
- (d) Promover, sistematicamente, a melhoria das condições físicas e materiais, bem como a adequação do quadro de pessoal às necessidades institucionais.
- (e) Criar mecanismos de ampliação dos recursos financeiros, garantindo o caráter público e gratuito de todos os cursos mantidos pelo Instituto.
- (f) Garantir a comunicação efetiva do IFSC com seus públicos estratégicos, salientando que todos os segmentos tenham acesso à informação de forma igualitária e descentralizada, qualificando o processo de gestão.
- (g) Propiciar, sistematicamente, espaços para reflexão sobre as questões institucionais e questões educacionais mais amplas, visando à preparação das pessoas para os processos decisórios e para colaborarem nos processos educativos.
- (h) Desenvolver um programa de formação continuada de gestores.
- (i) Avaliar, reorganizar e integrar os processos pedagógicos, buscando a efetividade e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.
- (j) Reivindicar, nos espaços apropriados, os direitos dos servidores e da instituição.

- (k) Promover a integração entre as diversas áreas profissionais, bem como entre os segmentos que integram a comunidade acadêmica do IFSC.
- (l) Promover intercâmbio com outras instituições e organizações, visando ao aprimoramento das práticas do Instituto e à socialização de seus trabalhos.
- (m) Envolver a comunidade, mediante suas organizações sociais, nos processos decisórios relativos à atuação do IFSC.
- (n) Estabelecer mecanismos que permitam a prática de princípios éticos e de valores humanos mais solidários nas práticas da Instituição.
- (o) Promover ações inclusivas que visem ao acesso, a permanência e ao êxito dos estudantes.
- (p) Garantir espaços de discussão e integração de cada segmento para encaminhamento de solicitações específicas, visando à formação de lideranças para o exercício da representatividade.
- (q) Buscar articulação com diferentes parcerias para viabilizar a proposta política, pedagógica e administrativa, valorizando a comunidade onde a instituição está inserida.
- (r) Garantir o acesso, a permanência e êxito do aluno, respeitando os direitos humanos baseados nos princípios de justiça, igualdade, cooperação e compreensão, considerando as condições físicas e humanas de cada câmpus.
- (s) Assegurar, para o exercício da cidadania, que a instituição não seja somente espaço de participação, mas também de formação, com assessoria permanente e sistemática, considerando as necessidades específicas.
- (t) Avaliar constantemente as atividades desenvolvidas junto à comunidade, realizando prestação de contas, replanejamento e realimentação, ações necessárias para redimensionar os trabalhos.
- (u) Avaliar constantemente os processos educacionais, exigindo dos órgãos superiores responsáveis pela educação as condições necessárias para atender às expectativas da comunidade.
- (v) Pesquisar e implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos para o constante aprimoramento do processo de gestão.

### 4.5 POLÍTICAS

(01) Políticas de gestão consistem nas definições das posturas da instituição quanto às diferentes temáticas que devem ser desenvolvidas, com foco no alcance de sua missão e visão. São consideradas como os objetivos maiores que nortearão o planejamento estratégico. Na construção dessas políticas, é fundamental que se promova e garanta o alinhamento com os princípios, diretrizes, missão, visão e valores institucionais.

(02) Assim, apresenta-se a seguir as principais dimensões para as quais o Instituto deverá realizar a proposição de políticas.

(03) Inclusão: As políticas inclusivas devem centrar-se no eixos da organização sociopolítica necessária para viabilizá-la e dos direitos individuais do público a que se destina. Deve ocupar-se com a desinstitucionalização da exclusão, seja ela no espaço da instituição ou em outras estruturas sociais.

(04) Tecnologia da Informação e Comunicação: Estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de tecnologia da informação e sistemas de comunicação do IFSC.

(05) Segurança da Informação: Estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de eliminar ou reduzir riscos e vulnerabilidades, aos quais as informações estão expostas.

(06) Comunicação: Estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação do IFSC. A Política de Comunicação aborda temas especiais que se reportam a processos, estratégias ou situações relevantes que devem merecer atenção especial dos profissionais de comunicação do IFSC e de seus gestores, nos vários níveis de decisão, além de todos os demais servidores, uma vez que se

trata de um compromisso assumido por todo o Instituto.

(07) Internacionalização: Desenvolvimento e implantação de programas que possibilitem o fortalecimento da internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica.

(08) Responsabilidade Socioambiental: A política de responsabilidade socioambiental do IFSC deve ser permeada por um conjunto de práticas, ações e iniciativas capazes de tornar efetivo o princípio da função sócioambiental, mediante a adoção, implementação e gestão de atividades sociais e ambientais em benefício da comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento do ser humano e da cultura da sustentabilidade. Essa política deve ser compreendida como uma responsabilidade legal e um compromisso social da Instituição com a comunidade em que a mesma está inserida.

(09) Infraestrutura:

(a) Gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do IFSC, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, pesquisa, extensão e gestão.

(b) Proposição de Planos Diretores específicos para operacionalização das políticas.

(10) Gestão de Pessoas: A política de gestão de pessoas deverá contemplar: o estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite a realização profissional do servidor, em todas as etapas da vida funcional, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a instituição; o desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores, considerando os respectivos estágios de ambientação na instituição, a formação de gestores e as finalidades institucionais; e a realização de processos de ingresso e de dimensionamento de servidores alinhados às políticas e critérios institucionais.

(11) Gestão da Informação e do Conhecimento: Promoção da utilização de fundamentos teórico-práticos da gestão do conhecimento, de forma a estimular a identificação, o armazenamento, o compartilhamento, a externalização, a combinação, a internalização, a criação e a aplicação de

informações e conhecimentos estratégicos relevantes para a gestão institucional.

(12) Governança Corporativa:

(a) Concepção de instrumentos e estratégias de gestão que possibilitem o desenvolvimento das atividades institucionais de forma integrada e em rede, de modo a subsidiar o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, considerando a nova identidade institucional e a implementação das políticas públicas.

(b) Estabelecimento de diretrizes e critérios institucionais baseados no princípios da equidade, da solidariedade, da transparência e da participação, para subsidiar o processo de gestão estratégica, possibilitando a integração do ciclo de avaliação, planejamento, programação e execução orçamentária, e acompanhamento.

### 5. ASSUNTOS ESTUDANTIS

(01) A proposição de uma educação inclusiva já é sinalizada na Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 205 e 208: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (BRASIL, 1988).

(02) Além da Constituição Federal, as ações do IFSC estão fundamentadas em princípios emanados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/1996, e consonantes com o Plano Nacional da Educação 2011-2020.

(03) O IFSC tem, desde a sua constituição, uma preocupação em ser uma instituição inclusiva. A própria criação das escolas de artífices já se destinava ao atendimento dos ditos ‘desvalidos da sorte’ (BRASIL, 1909). Assim, ao longo de sua história, houve diferentes ações de

diversos públicos destinadas ao processo inclusivo na educação técnica e tecnológica. Para tanto, compreende-se que o processo de exclusão social é gerado a partir de diferenças construídas de maneira histórica, social e cultural, e que as ações inclusivas devem facilitar os processos de acesso, permanência e conclusão de discentes com necessidades educacionais especiais. Para isso, são consideradas diversas legislações pertinentes ao tema que direcionam as ações da instituição para esse público.

(04)A concepção de discentes com necessidades educacionais especiais é fundamentada na Declaração de Salamanca, de 1994, uma resolução das Nações Unidas que desenha os princípios, as políticas e as práticas em educação especial. A resolução define que deve haver políticas de atendimento específicas abrangendo crianças, adolescentes e jovens em situação de desvantagem e também as chamadas pessoas com altas habilidades, assim como crianças de rua ou em situação de risco, que trabalham, de populações remotas ou nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, e crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional (NAÇÕES UNIDAS, 1994).

### 5.1 ACESSO

(01)O acesso aos cursos de educação profissional do IFSC modificou-se ao longo do tempo. Embora a instituição tenha se originado objetivando o atendimento aos “desvalidos da sorte”, o grande número de candidatos por vaga, por vezes, levou a extremos da meritocracia. Não foram raros os casos nos quais os aprovados no processo de ingresso deixaram muitos outros candidatos de fora da instituição. Fatos como esse levaram a discussões internas e, tendo em vista a proposta de ser uma instituição inclusiva, o IFSC passou a adotar políticas diferenciadas de ingresso anteriores à existência da Lei nº 12.711/2012. Com a promulgação dessa Lei, a forma de ingresso foi adaptada para o atendimento aos termos nela propostos, visando a facilitar o acesso de discentes oriundos de escola pública, de baixa renda e pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, conforme percentual da população catarinense aferida pelo IBGE.

(02)A proposição dessa Lei está de acordo com a prerrogativa inclusiva já adotada pelo IFSC. A noção de igualdade de concorrência ignora os processos de exclusão que ocorrem na sociedade brasileira e a restrição existente para parte da população do acesso à educação de qualidade. Garantir acesso diferenciado para esses públicos tem sido foco de ações institucionais



para todos os níveis e modalidades de ensino.

(03) Além da adoção de processos seletivos com cotas para diferentes públicos, existem outras propostas inclusivas adotadas pelo IFSC, como os processos seletivos através de análise socioeconômica para os cursos de formação inicial e continuada, que são orientados para o ingresso de pessoas prioritariamente com baixa renda familiar, oriundas de escola pública e trabalhadores. É preciso ressaltar ainda a existência de cursos da Educação de Jovens e Adultos, que vislumbram o ingresso de pessoas que não puderam concluir o ensino básico na idade regular. No IFSC, são ofertados o PROEJA Técnico - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Jovens e Adultos, que objetiva oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular, e também o PROEJA FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com ensino fundamental, que tem por objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular.

### 5.2 PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO

(01) A permanência do discente na instituição é o tempo mínimo ou máximo, de acordo com cada projeto de curso, que ele leva para a conclusão de seu curso.

(02) A conclusão é quando o discente integraliza as unidades curriculares previstas no projeto do curso, incluindo estágio quando previsto, passando a ter direito à certificação.

(03) Observou-se, ao longo das experiências, que apenas democratizar o acesso à instituição não tem garantido o sucesso do processo educativo dos discentes. Vários tem sido os motivos que os levam a sair da instituição sem concluir seu curso. Esses são denominados evadidos. É preciso atentar para as taxas de evasão de acordo com cada curso, bem como para seus motivos, buscando-se desenvolver estratégias que incentivem a permanência do discente até que ele finalize a formação em curso.

(04) Buscando promover a identificação dos mecanismos que possam levar à permanência e conclusão dos discentes, a instituição vem fortalecendo a implantação de equipes interdisciplinares nos câmpus, objetivando estabelecer as Coordenadorias Pedagógicas. As ações dessas equipes devem articular o trabalho de docentes e técnicos administrativos em prol de maiores taxas de

permanência dos discentes. Através dessas ações conjuntas será possível aprimorar o processo de criação dos cursos, metodologias de ensino e acompanhamento acadêmico discente metodológico educacional, objetivando impactar positivamente a permanência e conclusão dos discentes no IFSC, contemplando o atendimento às diferentes formas de aprender.

(05) Também visando à permanência do discente e à conclusão dos cursos, desde 2011, encontra-se em implantação no IFSC o programa de assistência estudantil, que concede apoio financeiro para a manutenção de discentes que estejam em situação de desvantagem por baixa renda. Esse auxílio financeiro tem por objetivo manter na instituição os discentes propensos a abandonar os cursos por falta de condições financeiras para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático. Sendo um programa recente, é necessário seu acompanhamento para aferir sua adequação aos objetivos propostos.

(06) Além das linhas de ação desenhadas acima, para que se possa interferir de forma positiva na permanência e conclusão do discente do IFSC, considera-se necessário implementar como ação programática:

- (a) o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem;
- (b) o acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de desempenho;
- (c) o acompanhamento docente para adaptação metodológica, vislumbrando facilitar o processo de aprendizagem de todos os discentes;
- (d) o apoio psicossocial em casos de dificuldades emocionais e afetivas.
- (e) a prevenção e a promoção de saúde;
- (f) o desenvolvimento de estudos e intervenções sobre evasão;
- (g) a organização de parcerias com outros setores, como assistência social, saúde e segurança, quando houver a necessidade de ações articuladas intersetoriais;
- (h) o fomento de ações articuladas das atividades de ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo;
- (i) o fomento da inserção dos discentes no mundo do trabalho;
- (j) a organização de propostas que promovam a participação dos discentes em atividades artístico-culturais;
- (k) o desenvolvimento de programas que propiciem a participação de discentes em práticas desportivas;

- (l) o fomento da formação político-social dos discentes;
- (m) o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e segura aos discentes.

### 5.3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(01)Esta seção destina-se a tratar do atendimento dos discentes com alguma deficiência, conforme o disposto no Decreto nº 5.296/2004, abrangendo deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental, deficiências múltiplas e pessoas com mobilidade reduzida. Além desses discentes, estão contemplados nesta seção os atendimentos especializados para discentes com superdotação.

(02)As políticas educacionais brasileiras asseguram a todos a igualdade de condições para o acesso, a permanência na escola e a conclusão de seus cursos Sendo assim, a educação inclusiva deve permear transversalmente todos os níveis e todas as modalidades de ensino, oferecendo a todos a igualdade de oportunidades. Para garantir esse direito às pessoas com deficiência, o IFSC destina políticas diferenciadas para esse público.

(03)No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência iniciaram no período imperial, com a criação de uma instituição de atendimento aos deficientes visuais, atual Instituto Benajmin Constant (IBC) e o atual Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES). Já no Século XX, por iniciativa da sociedade civil, foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental que, em 1945, começou a atender pessoas com superdotação. Em 1954, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

(04)A partir de uma discussão iniciada nos anos 60, profissionais, pais e deficientes, em meados dos anos 80, iniciaram um movimento para ações educativas de integração das pessoas deficientes, no lugar das práticas vigentes na época, as quais enfatizavam a ideia de "educação especial", que segregava o deficiente. As discussões prosseguira, chegando à percepção de que a dificuldade que era apresentada por alguns alunos não estava centrada neles, mas sim nas formas de organização do ensino em algumas escolas.

(05)A Lei nº 5.692/1971, ao inserir o “tratamento especial” para os alunos com “deficiências

físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não permitiu o avanço da escola para atender essas demandas, ao contrário, reforçou o encaminhamento desses alunos a classes e escolas especiais. Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, fundamentado na integração desses alunos, favorecendo as ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às com superdotação. Entretanto, as ações ainda foram desenvolvidas de forma isolada. Continuava-se com “políticas especiais”, sem a efetivação de uma política inclusiva.

(06)O marco regulatório vigente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2007), está baseada na defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, fundamentada na perspectiva dos direitos humanos. Essa política busca romper as barreiras impostas pelas diferenças e tem como objetivos: a transversalidade da educação especial, da educação infantil à educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Em relação à acessibilidade física, ela inclui providências para além da quebra de barreiras arquitetônicas. Sinalização, mobilidade, mobiliário e outras medidas de ordem prática são necessárias para preparar o ambiente para o atendimento das pessoas com deficiência.

(07)Na Educação Profissional e Tecnológica, as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão iniciaram com o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, em 2001. A partir daí, foram criados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNE -, atualmente vinculados à SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

(08)No IFSC, ressalta-se o compromisso inclusivo dos Institutos Federais através da criação do primeiro câmpus bilíngue Libras - Português no município de Palhoça, sendo a primeira escola da América Latina nessa modalidade. O diferencial do câmpus é que o ensino é voltado para a oferta de educação profissional bilíngue – Libras/Português, tendo como público estratégico tanto

peças surdas como ouvintes, não se tratando apenas de compartilharem a mesma sala, mas de uma metodologia de ensino que permite que as peças estudem juntas.

(09) Além do Câmpus Palhoça-Bilíngue, cada câmpus do IFSC conta hoje com um Núcleo de Apoio às Peças com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE. É função desse Núcleo preparar a instituição para receber as peças com deficiência, providenciando as adaptações necessárias para o atendimento de cada discente.

(10) Sendo a Educação um direito de todos e um dever do Estado, o IFSC compromete-se com:

- (a) implementação da acessibilidade física;
- (b) desenvolvimento de programas de capacitação para servidores;
- (c) atendimento pedagógico adequado às demandas do discente;
- (d) atendimento adequado ao público;
- (e) garantir formas de acesso adequadas às necessidades da pessoa com deficiência;
- (f) garantir que as estratégias para permanência e conclusão sejam adaptadas para atender as especificidades das peças com deficiência;
- (g) garantir que a pessoa com deficiência egressa do IFSC esteja contemplada nas políticas para egressos da instituição;
- (h) garantir que haja a possibilidade de proporcionar terminalidade específica, nos termos legalmente previsto, e para quem dela comprovadamente necessitar.

### 5.4 EGRESSOS

(01) Tomamos por egresso aquele sujeito que foi discente do IFSC e concluiu o seu curso, deixando de ser discente pela conclusão.

(02) Projetar ações para esse público é importante para o IFSC poder compreender melhor como a formação que essa instituição dá aos sujeitos impacta em suas vidas. Por isso, no que diz respeito ao discente concluinte, torna-se muito importante um olhar sobre esses a fim de detectar modelos de práticas bem sucedidas, para realimentar os projetos pedagógicos de cursos e estratégias pedagógicas da instituição como um todo. Além disso, é muito importante para a instituição identificar a inserção sócio-profissional, as perspectivas e expectativas nas aproximações do

concluinte com o mundo de trabalho. Faz-se necessário manter um canal de comunicação permanente com o mundo do trabalho, que seja efetivo e democratizador das informações, subsidiando e facilitando as escolhas dos discentes para sua atuação profissional.

(03) São propostas assumidas pelo IFSC, quanto aos seus egressos:

- (a) desenvolver ações sistemáticas voltadas às pesquisas de demandas e à análise da inserção sócioprofissional;
- (b) implantar o Observatório da Educação Profissional;
- (c) garantir uma forma de diálogo com os egressos;
- (d) garantir o acompanhamento sistemático do egresso;
- (e) fomentar o retorno dos egressos para seguirem o seu itinerário formativo no IFSC;
- (f) fomentar a participação de egressos em projetos de pesquisa e extensão do IFSC, especialmente em áreas que remetam a aspectos sociais e inclusivos;
- (g) criar ferramentas que estimulem o aluno a seguir o percurso formativo no eixo tecnológico de sua escolha.



### 6 REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza D. A.; PASSOS, Laurizete F. Avaliação escolar: desafios e perspectivas. In: CASTRO, Amelia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média**. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 2000. p. 177-195.

BRASIL. 2008. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. 1909. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Créa nas capitales dos Estados da Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2013.

CHRISTOPHE, M. **A legislação sobre a Educação Tecnológica no quadro da Educação Profissional Brasileira**, 2005. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/biblioteca/A\\_legislacao\\_sobre\\_a\\_educacao\\_tecnologica.pdf](http://www.iets.org.br/biblioteca/A_legislacao_sobre_a_educacao_tecnologica.pdf)>. Acesso em 13 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17417&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866)>. Acesso em: 23 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. [Parecer CNE/CEB nº 11/2012, aprovado em 9 de maio de 2012](#). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2012a. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17576&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17576&Itemid=866)>. Acesso em: 23 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LIBANEO, Jose Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2003.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação na Escola Cidadã. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma busca prática em busca de novos sentidos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do professor universitário**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2012.

MEC. **Histórico da Educação Profissional**, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)> Acesso: em 13 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica**, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12503&Itemid=841](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841)> . Acesso em: 11 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. 2008. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: concepção e diretrizes**. Disponível em: <[http://www.poa.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2010/03/concepcao\\_diretrizes.pdf](http://www.poa.ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2010/03/concepcao_diretrizes.pdf)> Acesso em: 14 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. 2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> . Acesso em: 14 jun. 2013.

MELLO, Celso Antonio B. de. **Curso de Direito Administrativo**. 12.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. 1994. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2013.

PLANO BRASIL MAIOR. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/128>>, e acessado em 14 de junho de 2013.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FioCruz, 1989.

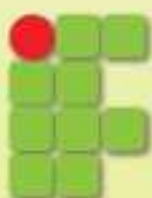
SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Concepção de educação tecnológica no Brasil: resultado de um processo histórico**. 2007. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/\\_GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3O%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20TECNOL%D3GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3O%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20TECNOL%D3GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf). Acesso em: 04 jun. 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 12.ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político-Pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma P. A.; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola**. Campinas: Papirus, 2001.



**INSTITUTO FEDERAL**  
**SANTA CATARINA**



Rua 14 de Julho, 150 - Coqueiros  
CEP: 880975-010 - Florianópolis - Santa Catarina  
Tel: (48) 3877-9000  
[www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br) | [www.pdi.ifsc.edu.br](http://www.pdi.ifsc.edu.br)